

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

*Mérciles Thadeu Mořetti \**

**Resumo** Em 1993, foi formada uma Comissão pela Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) para propor um projeto de avaliação das IES. Neste mesmo ano, a UFSC encaminhou a essa comissão a sua proposta de avaliação institucional. O documento final elaborado pela ANDIFES contemplou os principais pontos da metodologia de avaliação que vinha sendo discutida na UFSC. A experiência adquirida no processo de avaliação de 1993 levou a um aprofundamento que culminou no presente projeto de avaliação, o qual está sintonizado com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Os princípios que nortearam a elaboração do projeto foram: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade. O processo de avaliação, os objetivos e a metodologia do projeto de avaliação são descritos no trabalho.

**Palavras-chaves:** Avaliação institucional; avaliação institucional e universidade pública; princípios de avaliação; processo de avaliação; metodologia de avaliação.

**Abstract** In 1993, a committee was formed by the National Association of Directors of Federal Institutions of Higher Education (ANDIFES) to propose an evaluation project for the Institutions of Higher Education (IHE). In this same year, the UFSC sent to this committee a proposal for institutional evaluation. The final document elaborated by ANDIFES contemplated the main points of the evaluation methodology discussed at UFSC. The experience acquired in the evaluation process of 1993 led to an improvement of the present project of evaluation, which is sintonized with the Program of Institutional Evaluation of Brazilian Universities (PAIUB). The principles which guided the elaboration of the project were: globality, comparability, respect for institutional identity, neither award or penalty, free adherence, legitimacy, and continuity. The evaluation process, objectives, and project methodology are described in the paper.

**Descriptors:** Institutional evaluation; institutional evaluation and public university; principles of evaluation; evaluation process; evaluation methodology.

### Introdução

Historicamente, o Ministério da Educação tem demonstrado sua preocupação com a avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) através da presença constante do tema na definição de suas políticas educacionais. Neste momento, tornou-se um projeto improrrogável, considerando a necessidade de avaliar o trabalho das IES, na busca de melhores condições para o desempenho de suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Durante o ano de 1993, foi formada uma Comissão pela Associação Nacional dos

Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) para propor um projeto de avaliação das IES. Neste mesmo ano a UFSC encaminhou a essa comissão a sua proposta de avaliação institucional. O documento final elaborado pela ANDIFES contemplou os principais pontos da metodologia de avaliação que vinha sendo discutida na UFSC. A experiência adquirida no processo da avaliação de 1993 levou a um aprofundamento que culminou no presente projeto de avaliação e está perfeitamente sintonizado com o Programa de Avaliação

\* Professor do Departamento de Matemática - UFSC

Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Devido à complexidade da instituição e à amplitude de um processo global de avaliação, este trabalho torna-se exaustivo e difícil, exigindo disponibilidade, qualidade, seriedade e uma postura profundamente ética da equipe que se dispõe a realizá-lo. As universidades são organizações complexas e com muitas especificidades, fazendo com que a tarefa de avaliá-las permaneça como desafio constante tanto para seus dirigentes, quanto para os demais membros da comunidade acadêmica.

Dentre os inúmeros problemas que atingem as universidades públicas brasileiras, pode-se ressaltar a ausência de parâmetros claros no que se refere à qualidade de seus serviços prestados à sociedade. Por outro lado, existe uma crescente consciência destas instituições sobre a necessidade de participar de processos avaliativos com vistas ao exame de seus próprios valores, objetivos e desempenho. Tal necessidade é percebida, também, pelo Ministério da Educação, no sentido de possuir parâmetros mais consistentes que possibilitem uma política mais adequada na alocação de recursos públicos, tanto para manter e ampliar os programas que já tenham uma certa qualidade, como para reforçar aqueles com potencialidades para atingir um estágio de excelência.

Não resta a menor dúvida de que em uma instituição educacional de ensino público e gratuito, torna-se imperativo que ela própria e o Estado que a mantém estabeleçam processos avaliativos permanentes que assegurem os padrões mínimos de qualidade às suas atividades. Esta qualidade, evidentemente, é refletida no desempenho de suas atividades fins, notadamente na qualidade dos profissionais por ela formados e, particularmente, na

notória produção científica, técnica, artística e cultural.

É importante salientar que a elevação da qualidade da universidade depende, a um só tempo, da vontade política do Estado em manter a Universidade como um bem público, dando-lhe condições plenas de funcionamento e da forma substantiva com que cada Universidade se empenhar no atendimento às exigências peculiares que a sociedade lhe faz.

A continuidade da avaliação, a possibilidade de que ela faça parte da instituição como uma atividade inerente a um cenário que requer revisão constante, sem o caráter de controle ou punição, é uma condição fundamental para a preservação da liberdade de pensamento, do exercício da democracia e da permanente renovação que se exige de uma universidade.

O ensino, a pesquisa e a extensão devem ser visualizados como um processo abrangente que, a partir da interação aluno/professor, das várias correntes de pensamento, do arcabouço teórico de cada campo do conhecimento e da visão de mundo desses personagens, possa fazer surgir uma totalidade capaz de, pelo questionamento e disseminação do conhecimento que enseja, no seu mais amplo sentido, nas diversas áreas, exercer influência na concepção de mundo de todos os envolvidos, principalmente do aluno.

A avaliação institucional, portanto, é a forma que se tem de visualizar tal processo e de perceber como ele se apresenta no conjunto do trabalho de seus personagens e do cenário onde esta ação se realiza, a universidade.

### **Princípios da Avaliação**

O texto do Projeto de Avaliação Institucional da UFSC (PAIUFSC) foi construído com base em princípios que

julgamos oportuno apresentar para reflexão. De uma forma expressa ou implícita, os princípios abaixo, que nortearam os elaboradores do Projeto, estão presentes no texto:

- Globalidade,
- Comparabilidade,
- Respeito à identidade institucional,
- Não premiação ou punição,
- Adesão voluntária,
- Legitimidade,
- Continuidade.

Nestes princípios, cremos, está o cerne da concepção do PAIUFSC, e é o que deveria, em nosso entender, nortear cada um dos projetos das universidades brasileiras. Vamos tentar explicar por quê.

O princípio da *globalidade* expressa a noção de que é necessário avaliarmos a Instituição não só a partir de uma das suas atividades. O ensino, a pesquisa, a extensão, a administração, a qualidade das aulas, dos laboratórios, a titulação do corpo docente, a biblioteca, os registros escolares, as livrarias universitárias, os serviços, a organização do poder, o ambiente físico, o espírito e as tendências da vida acadêmica, enfim, todos os elementos que compõem a vida universitária devem fazer parte da avaliação para que a mesma seja a mais completa possível. É claro que é preciso começar em algum lugar e, na nossa percepção, não importa muito onde se começa desde que se comece. Não podemos é adiar as coisas eternamente.

A Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, iniciou com formação pedagógica para os docentes, na visão de que sensibilização não precisa preceder à avaliação, mas pode constituir-se desde logo em uma de suas ações concretas. A Universidade Federal do Paraná, pelo que nos consta, iniciou com avaliação do docente pelo discente; e a Universidade de

Brasília iniciou por uma longa etapa de sensibilização. Cada instituição precisa seriamente considerar as forças em ação no seu contexto específico e decidir, preocupando-se sempre com o princípio da globalidade, ou seja, com o caráter institucional da avaliação. O desafio, parece-nos, está em articular e fazer convergir os esforços avaliativos em andamento nos diferentes setores e nas diferentes funções da instituição.

O segundo princípio do PAIUFSC é o da *comparabilidade*. A palavra significa no contexto, na verdade, nada mais do que a busca de um linguajar comum dentro da universidade e entre as universidades. A verdade é que quando hoje falamos em "aluno" não estamos falando do mesmo conceito nem de unidade à unidade dentro da instituição e, muito menos, de norte a sul do país. Parece inacreditável, mas como recentemente lembrava um colega nosso, há pelo menos oito diferentes significados para a palavra "aluno" em uso no país. A questão complica-se ainda mais quando tratamos de questões como "evasão", "trancamento", "cancelamento", "egressos", "taxa de sucesso" e outros termos do gênero - termos que precisam ser urgentemente definidos. Através da criação de uma tabela mínima de indicadores institucionais e do ensino de graduação, estamos em busca de uma linguagem comum para todas as Instituições de Ensino Superior do país. É uma tentativa de evitar babel, permitindo a comparabilidade e, é claro, a própria compreensão do que acontece em nossas universidades, pois a compreensão é sempre, queiramos ou não, de natureza relacional.

O princípio do *respeito à identidade institucional* busca contemplar as características próprias da UFSC e visualizá-las no contexto das inúmeras

diferenças existentes no país. As IES, como sabemos, são muito diferentes na sua natureza, nas suas pretensões, na sua qualificação, no seu estágio de desenvolvimento, e não há que se exigir delas desempenhos incompatíveis com as suas características. Assim, os dados referentes a uma universidade de ensino, pesquisa e extensão, como a nossa, devem ser necessariamente diferentes dos de uma instituição onde, como no caso de 75% das IES do país, a função única, de fato, é o ensino.

O princípio da *não-punição ou premiação*, embora sempre presente nas discussões da Comissão, não acabou ficando registrado no texto final, embora a compreensão seja unânime de que

[o processo de avaliação] não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas.

Uma discussão mais aprofundada tornou-se, de certa forma, desnecessária, quando ficou contemplada a questão da adesão voluntária e da legitimidade, sobre os quais pretendemos dizer alguma coisa mais adiante.

A palavra avaliação contém a palavra *valor* e, por isso mesmo, não podemos fugir desta concepção valorativa. Quando dizemos que avaliar tem a função de (a)firmar valores estamos dizendo também que negamos a suposta neutralidade do instrumento de avaliação para admitir que ele é sempre resultado de uma concepção impregnada de valores, sejam eles científico-técnicos, didático-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos, ou outro. Assim

quando, por exemplo, organizamos um instrumento de avaliação do desempenho docente, e este instrumento põe perguntas, há sempre um valor desejado e indesejado subjacente a cada uma delas. Quando perguntamos, por exemplo, se o professor *apresentou plano de ensino*, estamos na verdade afirmando que apresentar plano de ensino é desejável. Quando perguntamos se o professor *cumpriu o plano de ensino*, estamos de fato afirmando que cumprir o plano é desejável. Quando perguntamos se o professor foi *assíduo ou pontual*, estamos, sem dúvida, afirmando que assiduidade e pontualidade são os valores que prezamos.

Estas são as formas mais escancaradas de apresentar o que muitas vezes se disfarça, se insinua e se espalha como neutro, mas a avaliação não é neutra como não é neutra ou desinteressada a linguagem. O que temos que assumir com toda a honestidade e franqueza é que há valores que prezamos e que queremos que se instalem, em um dado momento histórico, com a consciência de que eles não são necessariamente eternos, pelo menos não na forma em que hoje os concebemos. Enquanto acreditarmos que apresentar planos de ensino e cumprir planos, ser pontual, ser assíduo, ser claro, etc. são valores importantes, por que não fazer a sua defesa? Pode ser que amanhã surja alguém que nos convença de que nossos valores são prejudiciais ao ensino e à aprendizagem. Se formos, de fato, levados a crer que este é o caso é porque o argumento deve ser muito convincente. Se convencidos, temos mais é que, com humildade, aceitar a mudança.

A Comissão de Avaliação entende ainda que a *adesão* deve ser *voluntária*, pois o que se busca vai muito além de constatações específicas e momentâneas geradas por instrumentos de medição ou ponderação, por mais adequados que estes possam

parecer. O que se busca, antes de tudo, é a compreensão da necessidade de instalarmos na universidade a *cultura da avaliação* - um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício diuturno de nossas funções. E este processo só logrará êxito se for coletivamente construído e se puder contar *com intensa participação de seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados*. É a esta percepção que chamamos de princípio da *adesão voluntária* - e esta deve estar presente tanto na relação PAIUB-IES quanto na participação dos diferentes segmentos e unidades e sub-unidades dentro da instituição. A idéia é de vencer convencendo e não impondo. Se o número de projetos submetidos ao programa nacional de avaliação, hoje, indica alguma coisa, cremos que, pelo menos, na relação IES-PAIUB, está correto afirmar que a estratégia da adesão voluntária está correta.

A questão da *legitimidade* é outro princípio importante. Se a adesão voluntária garante legitimidade política, o projeto produzido precisa de legitimidade técnica, e esta se expressa principalmente de duas maneiras: (1) numa metodologia capaz de garantir a construção de indicadores adequados, acompanhados de uma abordagem analítico-interpretativa capaz de dar significado às informações; e (2) na construção de informações fidedignas, em espaço de tempo capaz de ser absorvido pela comunidade universitária.

Por último, o princípio da *continuidade*. Um processo de avaliação, com as características deste em discussão, além dos princípios já apontados, deve ser contínuo. A continuidade permitirá a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das

medidas adotadas a partir dos resultados obtidos. Esta característica longitudinal da avaliação permite também testar a própria confiabilidade tanto dos instrumentos quanto dos resultados.

### O Processo de Avaliação

A forma como trabalhamos o conhecimento e o modo como ele é transmitido tem fundamental importância para a formação do cidadão. Ou seja, o modo como elaboramos os valores democráticos, os conceitos de cidadania, de avaliação e de liberdade através da relação aluno-professor são questões básicas na orientação do aluno como um agente de transformação da sociedade.

A Avaliação Institucional entendida como um trabalho exaustivo e de permanente reflexão do "fazer universitário" é uma condição básica para identificar os desafios necessários na formulação de diretrizes para que o Ensino, a Pesquisa e a Extensão sejam compatibilizados com as necessidades da sociedade, nas dimensões de natureza política, econômica, social e cultural, preservadas as peculiaridades da Instituição na sua função de gerar conhecimentos.

Uma perspectiva para a concepção de qualquer sistemática de avaliação nos leva à seguinte formulação: A qualidade da atividade acadêmica é de responsabilidade dos alunos, dos professores, dos servidores técnico-administrativos e da instituição. Dessa interação surge a atividade universitária em toda sua complexidade. No entanto, esta qualidade também é afetada por elementos não pertencentes ao ambiente interno da instituição. A sociedade na qual a Universidade se insere chamada aqui de "ambiente externo", torna-se responsável

pela qualidade de ensino porque também influi no processo.

Cada um dos elementos da ilustração que segue (fig.1) representa um componente no processo. Eles têm papéis próprios a desempenhar. O delineamento destes papéis é requisito para a definição de uma metodologia de avaliação. Ao fazer isto, implicitamente, estariam sendo definidas as metas a serem alcançadas e o padrão de qualidade desejado. Esta não é uma tarefa simples na atual conjuntura das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras.

Entende-se como *Instituição* a reunião dos órgãos formais da administração universitária, todos os servidores e estudantes, que, por participarem dela, são responsáveis pelas funções atribuídas à mesma; por *Sociedade*, além da população

em geral, entende-se os segmentos organizados e as instituições governamentais; por *Professores* entende-se cada profissional do ensino em exercício como condutores do processo ensino-aprendizagem e, finalmente, por *Aluno* entende-se os focos de interesse no processo ensino-aprendizagem, ou seja, "clientes preferenciais" do processo.

Cada uma das ligações definidas sob esta perspectiva tem características muito peculiares e muitas questões para reflexão. Desta forma, não existe um único momento de avaliação, mas sim múltiplos momentos e múltiplas maneiras de fazê-la. Devem, pois, ser estimuladas iniciativas que proponham metodologias de avaliação segundo as abordagens delineadas.

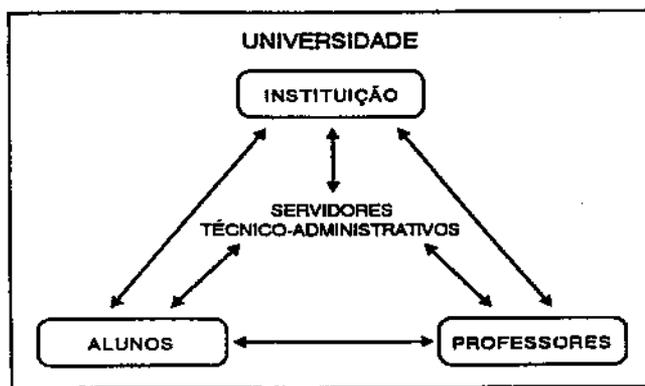


Figura 1: Elementos do processo de avaliação institucional

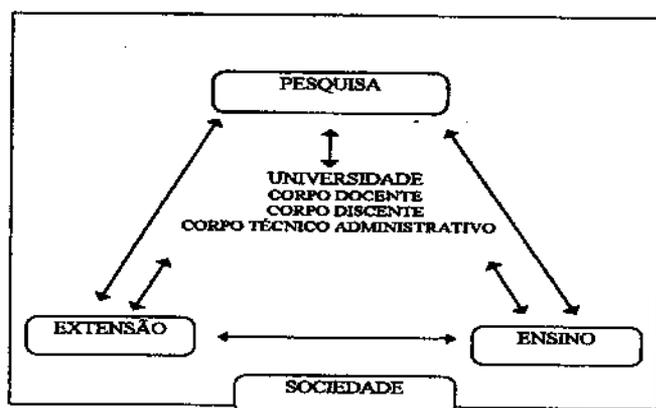


Figura 2: Relação entre avaliação e as atividades-fim da universidade

Para efeitos do processo de avaliação, a Universidade será considerada conforme as suas três atividades fim: ensino, pesquisa e extensão (fig.2).

A atividade técnico-administrativa permeia as anteriores sendo, por isso, considerada concomitantemente.

Nesta perspectiva, a Universidade, nas funções de Ensino, Pesquisa e Extensão teria os seguintes papéis a desempenhar:

#### Instituição

- a) Formar profissionais competentes e atualizados, em quantidade adequada às demandas provenientes da sociedade em que a mesma se insere;
- b) Agir administrativamente buscando prover os recursos necessários ao desenvolvimento desta atividade;
- c) Administrar, de forma eficaz, os recursos destinados ao ensino, a pesquisa e à extensão;
- d) Subsidiar os estudantes no sentido de lhes garantir condições dignas de "vivência" (saúde, moradia, alimentação, transporte, etc) e condizentes com um bom desempenho acadêmico;

- e) Incentivar a viabilização de programas de formação e atualização para professores;
- f) Gerar conhecimentos.

#### Alunos

- a) Participar efetivamente do processo ensino-aprendizagem;
- b) Colaborar na formulação de propostas para a avaliação da instituição com vistas à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

#### Professores

- a) Produzir e disseminar o conhecimento;
- b) Ter e manter o domínio dos conhecimentos da sua área;
- c) Efetivar uma prática pedagógica eficiente e compatível com princípios psico-pedagógicos atualizados;

- d) Efetivar uma prática pedagógica coerente com a formação de indivíduos autônomos que saibam usar criticamente, com base numa consciência do bem comum, os recursos tecnológicos e os conhecimentos adquiridos;
- e) Elaborar programas e planos de ensino;
- f) Elaborar programas de atualização;
- g) Executar programas de formação e atualização.
- g) Avaliar as condições de trabalho dos docentes e dos alunos;
- h) Identificar, sob uma perspectiva pedagógica, acertos e erros no processo ensino-aprendizagem, para motivar professores e alunos a melhorar a qualidade do ensino;
- i) Avaliar, sob uma perspectiva administrativa, as condições, o planejamento e a execução do processo ensino-aprendizagem, para implantação de planos visando à melhoria da qualidade de ensino;
- j) Diagnosticar o desempenho administrativo no tocante às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

## Objetivos

### *Objetivo Geral*

Promover a Avaliação Institucional da UFSC visando sensibilizar a Comunidade Universitária para firmar valores que levem à melhoria da qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, tendo em vista o interesse de seus alunos, e satisfazendo as necessidades sociais detectadas.

### *Objetivos Específicos*

- a) Construir uma metodologia de avaliação da qualidade do trabalho universitário integrada ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB);
- b) Obter subsídios para o planejamento das atividades da UFSC, a nível administrativo;
- c) Obter subsídios para propor indicadores de qualidade do trabalho desenvolvido pela Instituição;
- d) Diagnosticar o desempenho docente no tocante ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- e) Avaliar os Cursos;
- f) Avaliar o desempenho dos Departamentos;

## Metodologia

### *Caracterização*

Um processo de avaliação pode ser caracterizado por três etapas: a de preparação (conscientização/aceitação dos envolvidos), a de aplicação de instrumentos de coleta e organização das informações, e a de geração das transformações necessárias na elaboração de planos para introduzir novos padrões de qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

É inegável a necessidade da aceitação do processo de avaliação por parte dos envolvidos e, por isso, a participação na preparação deste processo é essencial. O processo proposto tem, além da conscientização, a finalidade de dar subsídios aos professores de forma a melhorar a qualidade de suas atividades.

O professor tem como cenário de atuação Cursos e Departamentos. A instituição propõe-se a formar alunos nas mais diversas áreas de conhecimento. Portanto, a ênfase desse trabalho está na

importância de avaliar para saber o que somos e dizer o que queremos ser, pois, na medida em que avaliamos, estamos firmando nossos valores.

O Processo de Avaliação, propriamente dito, dar-se-á através de dois cenários: *Cursos e Departamentos*.

Na avaliação dos *Cursos*, serão observados, entre outros, os seguintes aspectos:

- currículos (de acordo com o perfil "profissiográfico" do curso, fundamentado num planejamento curricular harmonizado com as exigências da formação efetiva do curso/recursos materiais, recursos financeiros e pessoal);
- condições de infra-estrutura (laboratórios, biblioteca, recursos técnico-pedagógicos, equipamentos de secretaria, material de consumo, pessoal técnico de apoio, demanda do ensino, etc).

No ensino de graduação serão avaliados:

- a) os fatores relativos às condições objetivas para o desenvolvimento das atividades curriculares;
- b) os fatores relativos aos processos pedagógicos e organizacionais utilizados no desenvolvimento das atividades curriculares;
- c) os fatores relativos aos resultados alcançados do ponto de vista do formado;
- d) os fatores relativos à formação do profissional crítico, habilitado à atender às exigências do contexto social.

Para a avaliação dos *Departamentos*, serão observados, entre outros, os aspectos

relacionados ao professor e ao trabalho departamental:

- requisitos legais;
- requisitos pessoais;
- requisitos técnicos (preparo especializado na matéria, conhecimento de habilidades pedagógicas, cultura geral);
- cumprimento dos planos de ensino;
- produtividade (publicações, alunos atendidos, trabalhos orientados);
- atividades de pesquisa;
- atividades de extensão;
- participação em congressos, seminários, etc;
- disponibilidade de recursos (bibliotecas, laboratórios);
- disponibilidade de pessoal (servidores técnico-administrativos e docentes).

#### *Etapas do Processo de Avaliação*

Este processo está organizado na forma de sub-projetos: Programa de Formação para os Docentes da UFSC, Questionário ao Aluno, Questionário ao Professor, Questionário ao Ex-aluno, Informações da Instituição, Avaliação da Pós-Graduação, Seminários de Curso de Graduação, Seminários de Pós-Graduação.

O processo de busca da qualidade das atividades docentes da UFSC teve seu início em março de 1993, com o 1º Programa de Formação Pedagógica para os docentes da Instituição. Neste programa, que se transformou em uma atividade semestral, acontecem eventos tais como palestras, seminários, workshops, aulas inaugurais, simpósios, apresentação de vídeos e outros.

O esquema a seguir mostra todas as etapas do processo de avaliação que tentaremos efetivar (Figura 3).

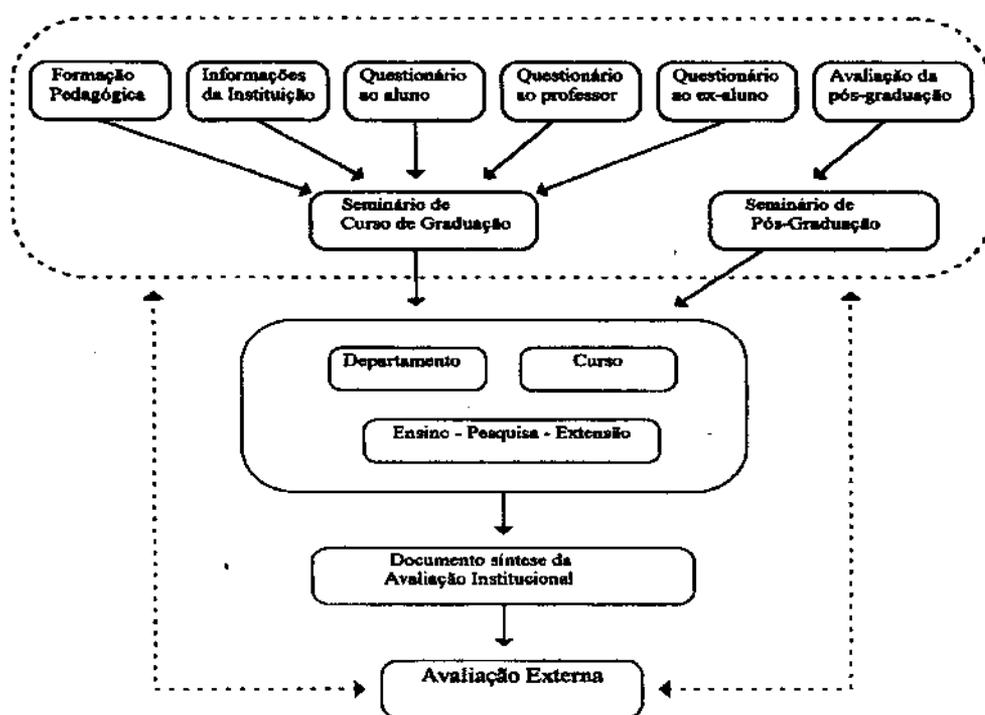


Figura 3: Etapas do processo de avaliação

*Programa de Formação Pedagógica dos Docentes (PFPD)*

O PFPD tem como objetivo sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade de atualização, revisão, crescimento pedagógico e avaliação do processo ensino/aprendizagem como um todo.

Este é um evento semestral que já está incorporado ao Calendário Acadêmico da UFSC. É feita uma consulta à Comunidade Universitária a respeito de seus interesses na questão e sobre que pessoas contatar, além do tipo de evento a ser programado. Durante dois dias, em que não se ministram aulas, os professores participam de palestras,

simpósios, cursos, seminários e outras atividades que têm como objetivo propiciar uma reflexão que leve a um crescimento da formação pedagógica, superando as fragilidades detectadas na avaliação das atividades docentes.

*Questionário ao Aluno*

A avaliação docente feita pelo discente tem como instrumento de coleta de dados um Questionário ao Aluno, aplicado em cada disciplina e turma, ao final do semestre. Este instrumento busca avaliar o desempenho docente, o conteúdo da disciplina, a participação do aluno e as condições objetivas para a concretização das

atividades de ensino. Este questionário, único para todas as turmas da UFSC, procura firmar, junto a professores e alunos, valores acadêmicos institucionais para o processo ensino-aprendizagem. Desta globalização pode-se ter o perfil do ensino sob a ótica dos alunos. Por outro lado, será incentivada a pesquisa de questões específicas que sejam consideradas relevantes à avaliação daquela disciplina ou do curso como um todo.

#### *Questionário ao Professor*

O Questionário ao Professor procura identificar as dificuldades e necessidades para que o trabalho em ensino, pesquisa e extensão seja desenvolvido plenamente. Face à diversidade na distribuição do tipo de atividade do professor (ensino, pesquisa, extensão e administração), estão sendo elaborados questionários que se destinam a grupos de professores que desempenham funções semelhantes.

#### *Questionário ao Ex-Aluno*

O Questionário ao Ex-aluno busca verificar a influência do currículo do curso de graduação na formação desses profissionais, visando recolher sugestões para a sua melhoria. Este questionário será encaminhado aos ex-alunos.

#### *Informações da Instituição*

Este sub-projeto tem por objetivo buscar informações sobre a instituição em documentos produzidos rotineiramente pela universidade, como o PTD (Plano de Trabalho Departamental), o Plano de Capacitação Docente, o Boletim de Dados Estatísticos, os Planos Estratégicos de

Desenvolvimento da UFSC, Planos Diretores, entre outros. Estes documentos contêm dados fundamentais sobre a instituição, tornando-se imprescindíveis para a execução dos outros sub-projetos. A partir destas fontes de informação e da implantação do Sistema de Atividades Docentes (SAD), procurar-se-á levantar os indicadores constantes dos anexos 1, 2 e 3 do Documento Básico - Avaliação das Universidades Brasileiras - PAIUB.

#### *Seminário de Curso de Graduação*

Cada curso de graduação, considerando suas especificidades e utilizando como base os resultados dos questionários e as informações da Instituição, realizará um Seminário de Curso com a participação de entidades de classe, dos conselhos regionais, ex-alunos, alunos e professores. Neste contexto, a avaliação dos cursos de graduação obedecerá às orientações do PAIUB no que diz respeito às dimensões do ensino de graduação e ao nosso roteiro de indicadores de qualidade, e.g. articulação vertical e horizontal do currículo; estudo dos perfis profissiográficos; a, qualidade do ensino ministrado; discussão dos índices de evasão e repetência; o grau de satisfação do aluno e do egresso; relato das condições técnicas para o desenvolvimento das atividades curriculares - recursos humanos e infraestrutura; interdisciplinaridade; interação teoria-prática, entre outras questões.

#### *Avaliação da Pós-Graduação*

A avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* pretende aprofundar a avaliação hoje coordenada pela CAPES, institucionalizando o processo contínuo de

crítica e auto-crítica. Este processo buscará, entre outros, organizar dossiês com dados de cada programa, produzir um documento síntese de auto-avaliação, promover seminários e executar a avaliação externa pertinente.

#### *Seminário de Pós-Graduação*

Espaço para a análise, interpretação e crítica dos dossiês e demais documentos produzidos pelos cursos e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

#### *Documento Síntese*

O conjunto de relatórios parciais oriundos de cada sub-projeto citado servirá de base para a produção de um Documento Síntese que deverá ser elaborado em consonância com as diretrizes do PAIUB, credenciando a UFSC à avaliação externa.

#### *Avaliação Externa*

A Avaliação Externa deverá ser desenvolvida por um grupo capacitado para tal, sem vínculos diretos com a UFSC, possibilitando desta forma um trabalho com alto grau de imparcialidade. O objetivo é oferecer maior credibilidade ao processo, pois a Avaliação Externa, neste momento, passará a ser o primeiro passo de um processo de avaliação contínuo e permanente.

### **Referências Bibliográficas**

- Belloni, Isaura *et alii*. Proposta de Avaliação Institucional da Universidade de Brasília. (Texto da palestra proferida no "III Seminário sobre Universidade Multicampus: Avaliação Institucional").
- Bordenave, J. D. e Pereira, A. M. (1988). *Estratégias de ensino-aprendizagem*. Petrópolis: Ed. Vozes. Documentos referentes aos projetos de avaliação institucional das universidades brasileiras (Campinas, Ponta Grossa, Paraná, Brasília, Santa Maria).
- Encontro regional sul sobre avaliação da educação superior - Anais. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1988.
- Finger, A. P. e Moreira, E. C. (1989). *Evaluación académica en instituciones universitarias de América Latina: Analisis de algunas experiencias*. Pub. de la Universidad Nacional de Córdoba (Argentina).
- Gadotti, M. (1990). *Uma só escola para todos*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Garcia, M. L. S. (1988). *Enseñanza y aprendizajes creativos*. Madrid: Rufino Gracia Blanco.
- Gutierrez, O. A. (1993). *Evaluación Educativa*. México: Comités inter-institucionales para la Evaluación de la Educación Superior.
- Haydt, R. C. C. (1988). *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. São Paulo: Ática.
- Kelly, A. Vr. (1981). *O currículo: Teoria e prática*. São Paulo: Harper & Row do Brasil.
- Magnani, M. R. M. (1993). *Em sobressaltos: Formação de professora*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Marconi, M. A. e Lakatos, E. M. (1986). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Mazzilli, S. (1992). *A pedagogia além do discurso*. Piracicaba: Editora Unimep.
- MEC/SESu (1993). Documento básico: Avaliação das Universidades Brasileiras (uma proposta Nacional). Programa nacional da avaliação das universidades brasileiras, Comissão Nacional de Avaliação; Brasília: 26 de Nov.
- Müller, C. (1992). *O lado humano da qualidade: Maximizando a qualidade de produtos e serviços através do desenvolvimento das pessoas*. São Paulo: Pioneira.
- Pereira, M. A. (1982). Avaliação Institucional no Contexto da Política de Educação Superior - UFSM.
- Popham, W. J. (1983). *Avaliação educacional*. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo.
- Ramos, E. et alii. (1992). *Avaliação do ensino: A experiência do CEC*. Anais do XX Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, Rio de Janeiro.
- Ristoff, D. I. *et alii*. (1994). Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. O projeto. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Saldanha, L. E. (1978). *Planejamento e organização do ensino: Um manual programado para o treinamento do professor universitário*. Porto Alegre: Globo.
- Salvador, C. C. (1994). *Aprendizagem escolar e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Schwartzmann, S. (1987). Avaliação do Ensino Superior: O que pensa a comunidade. Brasília: *Dois Pontos*, Ed. Especial, outubro.
- Souza, P. & Silva, E. (1989). *Educação: Uma visão crítica*. São Paulo: Pioneira.